

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE NO PERIÓDICO CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS (2015 A 2020)

CURRICULUM AND LARGE-SCALE ASSESSMENT: SURVEY OF THE STATE OF THE ART IN THE PERIODIC CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS (2015 TO 2020)

Elisângela Aguiar Oliveira Andrade **1**

Flávia Cristina Batista Caires **2**

Reginaldo Santos Pereira **3**

Resumo: Esta pesquisa se pauta na análise dos artigos publicados no periódico Currículo Sem Fronteiras no período de 2015 a 2020 e tem como objetivo verificar a relevância ou a recorrência dos estudos sobre as políticas de avaliação em larga escala e levantar possíveis lacunas que necessitam ser investigadas. De caráter documental, a partir da pesquisa do tipo Estado da Arte, com base nas análises realizadas, a investigação aponta a complexidade das políticas de avaliação em larga escala no Brasil e seus impactos nas organizações curriculares na educação básica e na prática docente.

Palavras-chave: Avaliação em Larga Escala. Currículo. Políticas de Educação.

Abstract: This research is based on the analysis of articles published in the journal Currículo Sem Fronteiras from 2015 to 2020 and aims to verify the relevance or recurrence of studies on large-scale assessment policies and identify potential gaps that need to be investigated. As a documentary study, based on a State of the Art research approach, the investigation highlights the complexity of large-scale assessment policies in Brazil and their impact on curriculum organizations in basic education and teaching practice.

Keywords: Large-scale assessment. Curriculum. Education Policies.

-
- 1** Graduada em Pedagogia (UESB), Mestre em Educação (UESB) e Diretora Pedagógica da Rede Municipal de Vitória da Conquista, Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8744921615115817>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6968-957X>. E-mail: ellenaguiar29@hotmail.com
 - 2** Graduada em Pedagogia (UESB), Mestre em Educação (UESB) e Doutoranda em Educação (UESB). É Professora Assistente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5681406501236926>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2717-6467>. E-mail: flavia.caires@uesb.edu.br
 - 3** Doutor em Educação (UFSCar). Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6548838603242766>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5658-4485>. E-mail: reginaldousesb@gmail.com

Introdução

No intuito de abordarmos sobre as políticas de avaliação em larga escala e suas dimensões no currículo e prática docente, apresentamos uma pesquisa do tipo Estado da Arte, buscando por meio dessa análise documental, mapear as produções e investigações científicas que foram produzidas no periódico *Currículo Sem Fronteiras*. Para realização dessa pesquisa, pautamo-nos nos artigos publicados com recorte temporal no período de 2015 a 2020, com vistas a compreensão teórica, conceitual e metodológica e analítica das investigações, bem como levantar as possíveis lacunas que necessitam ser investigadas.

O Estado da Arte compreende um levantamento bibliográfico detalhado de um período conceitual delimitado. Esse tipo de pesquisa amplia as produções científicas, pois contemplam em sua dimensão questões teóricas, conceituais, metodológicas e analíticas. Para tanto, esse levantamento objetiva “responder que aspectos e que dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” (Ferreira, 2002, p. 258).

O estudo do tipo Estado da Arte, enquanto recurso metodológico, auxilia os pesquisadores que necessitam realizar levantamentos bibliográficos que contribuam com suas pesquisas. No contexto inicial de pesquisa que os discentes se encontram, permeados por processos de incertezas e inseguranças, esse recurso metodológico possibilita a ampliação do conhecimento sobre o objeto de estudo que se pretende analisar. Ferreira (2002, p. 3), ao discorrer sobre o Estado da Arte, afirma que

A sensação que parece invadir esses pesquisadores é a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, produção está distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada.

Frente a isso, a pesquisa contempla o seguinte problema: qual a relevância ou a recorrência dos estudos sobre políticas de avaliação em larga escala evidenciadas no periódico *Currículo Sem Fronteiras* no período de 2015 a 2020? E como objetivo buscou-se verificar a relevância ou a recorrência das políticas de avaliação em larga escala, suas interfaces, implicações curriculares e impactos na prática docente.

A investigação se justifica pela necessidade de fazermos um registro histórico e elaborar um referencial que atenda ao objeto da pesquisa proposto, bem como de demais pesquisadores em seus trabalhos científicos, para que seja possível identificar, de forma mais precisa e rápida sobre o que está e o que ainda precisa ser produzido na área de currículo e avaliação em larga escala. Para tal, foram utilizados os seguintes descritores: Avaliação em larga escala, Currículo e Políticas de Avaliação.

Problematizações e reflexões nas publicações do periódico *Currículo Sem Fronteiras* (2015 a 2020)

Apresentaremos, a seguir, o conjunto de trabalhos científicos selecionados para nossa investigação, originados no periódico *Currículo Sem Fronteiras*. A organização dos estudos, distribuídas nas tabelas, serão apresentadas a cada três anos, sendo a Tabela 1 referente às publicações dos anos 2015 a 2017 e a Tabela 2, os trabalhos publicados nos anos de 2018 a 2020. Os estudos, aqui apresentados, foram minuciosamente selecionados visando à composição do quadro teórico do referencial que sustenta a elaboração das discussões acerca das políticas educacionais de avaliação e suas implicações no currículo escolar.

Tabela 1. Fontes de publicações do periódico *Currículo Sem Fronteiras*

AUTOR	TÍTULO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Dalila Andrade Oliveira e Tiago Antônio da Silva Jorge	As políticas de avaliação, os docentes e a justiça escolar.	2015	Trabalho docente, Políticas de avaliação, Justiça Social e Justiça escolar.
Andressa Aita Ivo e Álvaro Moreira Hypolito	Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente.	2015	Políticas educacionais; Trabalho docente; Políticas de avaliação.
Carla Figueiredo, Carlinda Leite e Preciosa Fernandes	O desenvolvimento do currículo no contexto de uma avaliação de escolas centrada nos resultados: que implicações?	2016	Desenvolvimento do currículo; Avaliação de escolas; Resultados acadêmicos dos alunos.
William de Goes Ribeiro e Ronnielle de Azevedo-Lopes	Conhecimento-investimento e currículo meritocrático: a projeção utópica liberal da “cultura de excelência” à política curricular no Brasil.	2017	Política curricular; Cultura de excelência; Conhecimento-investimento; Meritocracia.
Roberto Rafael Dias da Silva	Emocionalização, algoritmização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular?	2017	Estudos Curriculares, Política de Currículo, Neoliberalismo; Customização Curricular.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A revista *Currículo sem Fronteiras* é um espaço para a discussão de uma educação crítica e emancipatória, reforçando o diálogo entre os países de Língua Portuguesa. A revista foi classificada como “A1” na avaliação Qualis-Capes (2017-2020) do Brasil. Desde 2012, a revista passou a ser quadrimestral, sendo um dos números organizado em parceria com a Associação Brasileira de Currículo (ABdC).

Dando início à discussão, Oliveira e Jorge (2015) problematizam a centralidade das políticas de avaliação e de modelos de prestação de contas e responsabilização como mecanismo de regulação sobre o trabalho docente. Os referenciais são tratados com base na discussão sobre a escola como espaço de promoção de justiça social. Discutem as tensões entre diferentes abordagens de justiça social na orientação das políticas educacionais, que vão desde a crítica à aplicação do princípio liberal de igualdade, às demandas por reconhecimento e redistribuição.

Os autores apontam que não há dúvidas que a ampliação da concepção de justiça para além da noção de redistribuição e a inclusão da noção de reconhecimento tem tido impacto direto sobre a concepção de justiça escolar, ou o papel da escola como entidade de promoção da justiça social. Na perspectiva de promoção da justiça indicam que

[...] o foco principal na igualdade é substituído pela noção de equidade. Tal mudança tem um efeito importante sobre os sistemas de ensino, uma vez que o princípio da igualdade

de acesso é deslocado para o da igualdade de resultados. A centralidade das políticas de avaliação por meio da adoção de testes padronizados representa não somente a concretização de um modelo gerencial de gestão da educação com foco em resultados e metas, mas também a discussão acerca da diversificação de concepções de justiça (Oliveira; Jorge, 2015, p. 362).

Nessa trilha, o reconhecimento das diferenças caminha lado a lado com a obrigação de alcançar resultados e metas, bem como de prestação de contas diante da sociedade, o que resulta em orientação ambivalente ou mesmo contraditória na condução das políticas educativas na atualidade. Observamos, nesse estudo, que tal perspectiva tem agravado ainda mais os processos de culpabilização dos fracassos escolares, por parte dos alunos e, fomentando, de forma mais intensa, a marcha da exclusão no sistema educacional.

Outros efeitos da mudança da concepção educacional em razão das reformas educacionais e da implementação das políticas educacionais refere-se às implicações no trabalho docente. Sobre essa temática, Ivo e Hypolito (2015), em seu estudo *Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente* analisam alguns dos efeitos sobre o trabalho docente, originados pelas políticas de gestão educacional na rede municipal de ensino de um município de porte médio do Rio Grande do Sul, que se apresentam com ênfase na meritocracia, nos índices educacionais e nas políticas de avaliação.

Nessa pesquisa, os autores se orientam nos pressupostos da abordagem qualitativa, cujo contexto de investigação foi a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e duas escolas da rede municipal de ensino. Os dados coletados são provenientes de entrevistas semiestruturadas realizadas, com três membros da equipe administrativa e pedagógica da SMED, três professores e dois membros da equipe gestora de cada escola. Segundo os autores,

A análise dos dados mostrou o quanto às políticas educativas, implementadas pela SMED balizadas pelos índices e indicadores, com ênfase nos resultados, na produtividade e na responsabilização, têm influenciado as práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Uma política orientada estritamente pelos índices e indicadores de qualidade, que regula o trabalho docente a partir do desempenho dos alunos, parece-nos estar longe de uma política realmente preocupada com a qualidade da educação (Ivo; Hypolito, 2015, p. 365).

O estudo de Ivo e Hypolito (2015) sinaliza o quanto essas políticas educativas balizadas por índices, com efeito imediato em resultados voltados à produtividade e à responsabilização, têm impactado de forma violenta o cotidiano escolar, construindo formas de pensar e agir individuais, competitiva e com ênfase na produtividade e na performatividade. Uma política educacional baseada em sistemas de avaliação de larga escala, associada a políticas de bonificação, dificilmente poderá alcançar uma educação de qualidade.

Concordamos com a visão dos autores segundo a qual as avaliações podem acontecer como forma de amostragem, mas não como forma censitária. “As avaliações externas não deveriam orientar as políticas educacionais e as tomadas de decisões, com essa ênfase simplista e reducionista nos resultados das avaliações, o que pode distorcer e degradar o significado e as práticas da educação” (Ivo; Hypolito, 2015, p. 377). A suposta política baseada em evidências se configura como uma política de intenção, de interesses, de decisões políticas.

A composição de um currículo disciplinador, com ênfase em concepções globais em detrimento das questões locais e com forte indicação para mensurar competências e habilidades — que, na maioria das vezes, são treinadas — marca as reformas educativas nas últimas décadas. Na tentativa de compreensão dessas questões educacionais, presente em nosso sistema de ensino, Figueiredo, Leite e Fernandes (2016), em sua investigação intitulada *O desenvolvimento do currículo no contexto de uma avaliação de escolas centrada nos resultados: que implicações?* discutem como o currículo tem sido concebido num sentido dinâmico e abrangente que inclui os

saberes disciplinares, mas também todas as atividades organizadas pela escola e que influenciam a formação global dos alunos.

Segundo a análise dos autores, esta concepção tem encorajado processos de desenvolvimento do currículo assentes em uma lógica de contextualização curricular. A par desta situação têm também sido implementadas políticas que recomendam processos de avaliação externa das escolas (AEE), na crença de que esta contribui para a melhoria da qualidade educacional e, portanto, da formação dos alunos. Desses processos de avaliação tem-se assistido por toda a Europa a uma tendência para a AEE colocar a ênfase nos resultados académicos dos alunos obtidos em provas nacionais. Frente a isso, os autores analisaram os sistemas de AEE em Portugal e na Inglaterra e seus impactos nos processos curriculares. A escolha dos países decorre do pensamento que os dois partilham, por um lado, a necessidade de responder aos desafios e demandas educacionais da Europa, e, por outro, apresentam uma certa tradição em processos de avaliação de escolas e seus sentidos performativos.

Quanto aos aspectos metodológicos, tendo por intenção recolher percepções de professores sobre os processos de AEE e compreender o impacto que estes têm no quotidiano das escolas ao nível curricular, foram ouvidos professores de escolas portuguesas e de escolas inglesas que experienciaram pelo menos um momento de AEE. No caso português, foi também critério considerar escolas que do 1º para 2º ciclo de AEE tinham subido ou descido as classificações obtidas.

Os dados apresentados no estudo mostram que em ambos os países, Portugal e Inglaterra, a AEE privilegia os resultados escolares. Evidenciam também que esta ênfase nos resultados escolares induz para processos de desenvolvimento do currículo pautados por uma lógica prescritiva que orienta o trabalho dos professores para o treino e a preparação dos exames. Esse governo das ações pedagógicas é compreendido pelos professores como um sinal de desvalorização do seu trabalho, impactando no modo como organizam os processos curriculares, e formatando-os para corresponderem às exigências de resultados escolares superiores, o que refere uma cultura com ênfase nos resultados.

A discussão em torno da associação entre as concepções economia, política e cultura ganha espaço nos debates curriculares. Nessa perspectiva, Ribeiro e Azevedo-Lopes (2017) analisaram os jogos de interesses das parcerias público-privadas em educação e o seu escamoteamento no dispositivo da “nova filantropia”, em que se busca uma via de retorno que possibilita a participação de empresas privadas nas decisões de gestão pública e nas políticas curriculares, tomadas como negócios.

No momento em que se privilegia a articulação de uma cultura de performatividade efficientista, nega à escola a possibilidade do imprevisível, das diferenças. Com base nessa análise, Ribeiro e Azevedo-Lopes (2017) foram conduzidos a suspeitar dos valores da cultura de excelência defendidos por fundações como Estudar e Lemann e convenientemente (para as oligarquias brasileiras) reverberados na elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Desta forma, o estudo buscou questionar a defesa da meritocracia em currículo, a educação como negócio e o que chamamos de conhecimento-investimento.

Para fins metodológicos, o estudo organiza-se, de início, por meio da problematização dos valores que possibilitam empresários pressupor uma cultura da excelência para o país (Ribeiro; Azevedo-Lopes, 2017). Para o cumprimento de tais pretensões é preciso interferir na política curricular e na escola, o que vem sendo feito por intermédio do signifiante “Nova Filantropia”. Em seguida, foi destacada a relação de alguns empresários com a BNCC enquanto projeto de produção identitário, no rastro da cultura da excelência, pela via do conhecimento-investimento. Por último, chamou-se a atenção na área de currículo à contribuição do debate para articular outras demandas excluídas no discurso pró-Base.

Os autores também apontam que os pressupostos do conhecimento como investimento, da educação como negócio, da meritocracia curricular, da possibilidade de controlar os currículos, de gerenciamento dos espaços e políticas públicas por parte de grandes oligarcas por meio do dispositivo da nova filantropia, mais do que expressões da cultura de excelência, são mecanismos dos jogos de poder no Brasil atual. Portanto, por trás do conhecimento-investimento e dos discursos meritocráticos em currículo, encontra-se, conforme argumentação dos autores, um incomensurável desejo oligárquico-liberal de supressão das diferenças.

Apontando os dispositivos que atuam nos componentes curriculares, Silva (2017), em seu artigo *Emocionalização, algoritmização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular?* apresenta um conjunto de problematizações e elaborações críticas acerca da emergência e dos modos de operação dos dispositivos de customização curricular. Ao privilegiar a composição de currículos escolares ajustáveis aos perfis dos estudantes — que contemplem os interesses individuais destes sujeitos e garantam o protagonismo de suas escolhas — os critérios de seleção e de organização dos conhecimentos escolares são posicionados desde as novas configurações.

O estudo está dividido em três seções. Na primeira seção, o autor revisa as possibilidades de análise para as políticas curriculares no contexto neoliberal, valendo-se das perspectivas teóricas derivadas da tradição crítica em suas limitações e em suas potencialidades. A seguir, em perspectiva sociológica, na segunda seção, Silva (2017) problematiza as articulações entre neoliberalismo, biopolítica e capitalismo emocional visando delinear provisoriamente as novas subjetividades emergentes deste cenário. Por fim, na terceira seção, trata de examinar atentamente estratégias de ação colocadas em prática pelos dispositivos de customização curricular.

O autor conclui que a emocionalização pedagógica, a algoritmização subjetiva e a personalização dos itinerários foram apresentadas e analisadas enquanto modos privilegiados de operação nas políticas curriculares recentemente implementadas em nosso país. As ações que dão ênfase em componentes emocionais, atenção especial a avaliações em larga escala, bem como a intensificação dos mecanismos de diferenciação direcionam-se para reposicionar os debates acerca da seleção dos conhecimentos escolares, dimensionando toda a estrutura escolar. Silva (2017) defende, ainda, que tais ações possam estar ancoradas em princípios democratizantes, pois os dispositivos de customização curricular podem conduzir a um empobrecimento da formação coletiva e da responsabilidade pedagógica das escolas atuais, assim como podem contribuir para uma intensificação das injustiças sociais, na medida em que ainda mobilizamos recursos desigualmente distribuídos.

A seguir, apresentaremos os estudos selecionados no recorte temporal de 2018 a 2020. Nesse período foram encontrados sete estudos que possuem proximidade ao tema de investigação da nossa pesquisa.

Tabela 2. Fontes de publicações do periódico *Currículo Sem Fronteiras*

AUTOR	TÍTULO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Leni da Silva Maciel e Rosanne Evangelista Dias	Implicações Produzidas pela Avaliação Externa no Trabalho Docente: uma análise em escolas do município de Duque de Caxias-RJ.	2018	Currículo; Trabalho docente; Avaliação externa; SME - Duque de Caxias.
Maria de Lourdes Rangel Tura e Márcia de Paula Pinto Nogueira	Discussões em Torno da Avaliação Municipal do Ensino Fundamental de Macaé/RJ.	2018	Políticas de Avaliação da Alfabetização; Avaliação Diagnóstica; Políticas Curriculares; Atividade Docente.
Sanny S. da Rosa	Políticas Regulatórias, Subjetividade e os Entraves à Democracia na Escola Pública Brasileira: contribuições à pesquisa curricular.	2019	Políticas regulatórias de educação; Gerencialismo; Subjetividades profissionais; Gestão democrática; Pesquisa curricular.

AUTOR	TÍTULO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Geniana dos Santos e Denise de Souza Destro	Qual é o Lugar da Formação Humana nas Políticas Curriculares Contemporâneas?	2019	Cidadania; Formação humana; Política curricular; Significantes vazios; Perspectiva discursiva.
Talita Vidal Pereira	A Pesquisa Curricular na Virada Cultural Conservadora: os limites da normatividade curricular.	2019	Currículo único; Normatividade; Virada cultural conservadora; Teoria curricular.
Sverker Lindblad, Daniel Pettersson e Thomas S. Popkewitz	Os Poderes Comparativos dos Números e o Conhecimento Antecipado do Número na Educação.	2020	Números; Avaliações internacionais em larga escala; Comparação educacional.
Carlos Sant’Ovaia e Estela Costa	Os Testes Nacionais como Instrumento de Ação Pública no Sistema Educativo Português: processos de “problematização” e de “preconização”.	2020	Exames; <i>Testing</i> ; Instrumentos de ação pública; políticas educativas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Iniciamos essa seção, apresentando a análise de Maciel e Dias (2018) sobre as *Implicações produzidas pela avaliação externa no trabalho docente: uma análise em escolas do município de Duque de Caxias-RJ*, as autoras apresentam que as políticas de avaliação em larga escala no Brasil vêm produzindo sentidos diversos na organização das redes, nas escolas e, principalmente, no trabalho do professor com o currículo. Chamam a atenção, no sentido de compreender como os professores identificam os limites e as implicações dessas avaliações para refletir sobre aspectos envolvidos no processo de aprendizagem do aluno, na sua própria prática docente e no currículo escolar. Este trabalho apresenta uma análise sobre as implicações produzidas pela avaliação escolar externa no trabalho docente dos professores que atuam na Secretaria Municipal de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, nos 3º e 5º anos do ensino fundamental, buscando compreender de que forma os professores, no desenvolvimento do currículo, consideravam as discussões em torno dos resultados das avaliações externas.

As autoras, inicialmente, focalizam a política de avaliação externa do município de Duque de Caxias. Na seção seguinte, abordam a avaliação externa e o trabalho docente. Na terceira seção interpretam o que denominam dilemas e desafios da avaliação externa no desenvolvimento curricular da escola, e concluem com as implicações produzidas pela avaliação escolar externa no trabalho docente dos professores que atuam no município de Duque de Caxias nos 3º e 5º anos.

Analisadas nos microcontextos do trabalho docente em suas relações entre currículo e avaliação o foco da investigação foi nas avaliações ANA e Prova Brasil. Maciel e Dias (2018) observaram as possíveis influências da avaliação externa no currículo escolar e as diferentes possibilidades de os professores desenvolverem o currículo considerando os resultados das avaliações externas. Com isso, apresentam como principais conclusões a responsabilização do professor pelos resultados, o modo como os professores são inseridos na performatividade pelo empenho em corresponder aos novos imperativos das avaliações externas e seus dilemas no desenvolvimento do currículo tensionado pelas avaliações externas.

Outras questões relevantes ainda foram apontadas pelas autoras, tais como: o desinteresse dos professores em saber sobre essas avaliações; a preocupação em relação ao preparo dos

alunos para as futuras avaliações externas, na intenção de buscar para a escola bons índices de desempenho nos exames; a responsabilização pela garantia do sucesso escolar, dentre outros. Por fim, concluem defendendo a ideia de que a proposta curricular não deve se pautar nos resultados a serem obtidos, pois o currículo sob essa orientação se submete à lógica da responsabilização e das tentativas do controle do trabalho docente. Corroborando com as autoras ao enfatizarem que a “ênfase nos resultados do desempenho e na mensuração tão difundidas nas políticas educacionais da atualidade precisa dar espaço a compreensão da impossibilidade de um sentido universal de currículo de qualidade” (Maciel; Dias, 2018, p. 912).

Dando continuidade às discussões em torno das avaliações externas e também, nesse momento, analisando o sistema de avaliações municipais, trazemos para o debate o trabalho de Tura e Nogueira (2018) intitulado *Discussões em torno da avaliação municipal do Ensino Fundamental de Macaé-RJ*. O estudo apresenta dados de uma pesquisa sobre políticas de avaliação que foi realizada no município de Macaé-RJ, tendo por foco a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Avaliação Macaense da Alfabetização (AMA) e seu impacto na constituição do currículo escolar. Nesse contexto, se distinguiu a questão dos sentidos de avaliação que disputavam hegemonia no espaço escolar em Macaé. Apoiado na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe analisa-se as articulações e disputas em torno da busca para alcançar sentidos hegemônicos em relação às propostas de avaliação do processo de alfabetização, tendo por foco, especialmente, a noção da avaliação diagnóstica.

Tura e Nogueira (2018), após análise junto aos professores e técnicos da SEMED, apontam que tanto a SEMED-Macaé quanto as docentes, embora com ênfases, deslocamentos e omissões diferentes, constituem discursos que se antagonizam, mas há sentidos hegemônicos para significar a AMA. Avaliação externa e a avaliação diagnóstica são sentidos que se constituem nessas cadeias de equivalências, sendo, pois, a avaliação interna o exterior constitutivo delas no processo de significação. Nesse sentido, o antagonismo que possibilita a constituição do sentido diagnóstico na AMA é a não aprendizagem dos/as alunos/as, também expresso como significante privilegiado no texto da política. Enfim, as ambivalências dos sentidos de avaliação percebidas nesta pesquisa não são aqui entendidas como problemas de gestão a serem resolvidos, mas como expressões do jogo político, das disputas pela significação.

Rosa (2019), em seu estudo *Políticas regulatórias, subjetividade e os entraves à democracia na escola pública brasileira: contribuições à pesquisa curricular*, discute os efeitos das políticas regulatórias de educação na organização do trabalho escolar e na construção de novas subjetividades profissionais. A autora explora os mecanismos de controle e poder da Nova Gestão Pública que, articulados a certos traços conservadores e autoritários de nossa sociedade, configuram o modo peculiar com que professores e gestores têm lidado com esse paradigma de gestão pedagógica e curricular na escola pública brasileira.

Na primeira seção explicita as premissas e os mecanismos de controle e poder da Nova Gestão Pública para, em seguida, perscrutar os efeitos (objetivos e subjetivos) desse modelo de gestão nos meios educacionais. O terceiro e último tópico analisa, pelas lentes de um caso particular, como a lógica competitiva do modelo gerencial se combina e se hibridiza com os traços conservadores e autoritários da sociedade brasileira, criando novos obstáculos à construção de relações democráticas na escola pública; mas também como, em meio às suas próprias contradições, abrem-se brechas para potenciais movimentos de resistência. As questões debatidas têm origem em pesquisas realizadas em uma rede municipal de ensino do ABC Paulista, cujas características se configuram como microcosmo do tema estudado.

Como análise final, a autora argumentou que os efeitos produzidos pelas políticas regulatórias de educação, especialmente as que têm como foco o binômio avaliação-currículo, na organização da escola e na formação das subjetividades docentes se apresentam como epifenômeno do espírito concorrencial implementado pela Nova Gestão Pública (NGP), na esteira das mudanças do papel do Estado requeridas pela globalização da economia. Expressões como “eficiência” e “eficácia” ou foco nas “metas” foram incorporadas ao vocabulário da educação, o universo de professores e gestores foi sendo embalado por fórmulas meritocráticas de gestão, pelas promessas de recompensa e pelas ameaças de sanções que acompanham esses discursos. Por fim, conclui dizendo que a combinação das marcas subjetivas com o espírito competitivo, instaurado pelos mecanismos gerenciais de

controle e poder, tende a enfraquecer ainda mais os laços sociais e a potencializar os históricos entraves à construção de relações democráticas na escola pública.

É importante destacarmos que assim como a autora deixa claro em parte do estudo, acreditamos que essas reflexões sinalizam que romper com essas questões não se trata de uma tarefa fácil ou simples, mas fundamentalmente, “pressupõe a desconstrução dos discursos hegemônicos que se hibridizam nas práticas cotidianas das escolas” (Rosa, 2019, p. 863). Além disso, essas reflexões são necessárias, pois “vislumbram possibilidades de resistência” (Rosa, 2019, p. 864). Desta forma, compreendemos a relevância desses elementos nas discussões curriculares que favorecem diretamente a ampliação do entendimento e dos desafios deste campo frente à nova onda de conservadorismo que dominou o contexto político da educação brasileira.

Santos e Destro (2019) apresentam em *Qual é o lugar da formação humana nas políticas curriculares contemporâneas?* os significantes vazios nas políticas educacionais endereçadas à Educação Básica (EB) diante da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além disso dialogam com autores do campo curricular que problematizam os sentidos de crise e de qualidade na educação que subsidiam o contexto reformista. Os autores propõem-se a reflexão sobre as diferentes práticas discursivas a respeito das crises de paradigmas educacionais entrecruzando discursos que analisam a projeção de tipos humanos nas produções curriculares, conectando sentidos como formação humana e humanismo. Destacam a virada do pensamento pedagógico que se antagoniza, principalmente, ao discurso da decodificação das habilidades e das competências, atualmente emergente nas políticas de currículo para EB, ressaltando as articulações que possibilitaram a significação de currículo como política cultural. Como superfície de análise e reflexão, elegem o discurso da BNCC, no tocante à formação, como promotor do desenvolvimento integral e das habilidades socioemocionais apresentados como princípios humanizadores para o currículo visando ao desenvolvimento global.

Santos e Destro (2019) também destacam que na política curricular analisada, significantes vazios são: direitos de aprendizagem e desenvolvimento; desenvolvimento integral (lidos como formação humana); competências; habilidades socioemocionais, elementos passíveis de serem compreendidos como um investimento, mesmo que com menor ênfase, na demanda por formação humana desenvolvida pela escola. Evidenciam que habilidades/competências socioemocionais são significações a serem construídas de forma mais aberta, por mais pessoas, gerando possibilidades de identificação, pois não possuem uma referência fixa, uma construção pronta. Essas estão postas como uma falta, que se refere, sobretudo, ao lugar da formação humana nessa proposta curricular.

Em resposta ao questionamento que motivou o estudo, as autoras salientam que há um considerável deslocamento entre as demandas humanistas formuladas para a educação, entre as décadas finais do século passado e as quase duas décadas do século atual. Tal deslocamento é responsável pela necessidade de um novo currículo centrado na aprendizagem e no conhecimento, que facilmente se torna obsoleto, exigindo do estudante a capacidade de continuar aprendendo, tendência atualizante. Cidadania e formação humana, mesmo que não apresentadas nesses termos na BNCC, mostram-se presentes nos processos articulatórios que reclamam para a escola um espaço de humanização. Esses significantes são elementos discursivos que se mostram vazios de uma significação plena, aceitando, portanto, sentidos por vezes contraditórios e complicados para uma proposta curricular diretiva como é o caso da BNCC.

Nesse sentido, assim como os autores, defendemos uma escola como *lócus* de formação dos sujeitos e, acima de tudo, como espaço propício aos processos de democratização de conhecimentos sem limitar-se a concepções reducionistas de aprendizagem de conteúdos e de objetos relacionados a competências e a habilidades aferidas por meio de políticas de avaliação com destaques para capacidades individuais. “Defendemos a escola, enquanto projeto de sociedade, lugar da promessa e de superação da barbárie” (Santos; Destro, 2019, p. 895).

Pereira (2019) traz a discussão da *Pesquisa curricular na virada cultural conservadora: os limites da normatividade curricular*. Em seu estudo, os reflexos e os bloqueios que produzem a ampliação das possibilidades democráticas são assumidos como desafios a serem enfrentados a em face de uma postura desconstrutiva entendida com base na perspectiva derridiana. Um processo em que a perplexidade, o medo e a insegurança frente ao acirramento do combate às diferenças, nos variados *espaços tempos* em que vivemos, precisam nos levar a uma reflexão radical

quanto às certezas que nos movem. Em especial, aquelas relativas às promessas de plenitude e de emancipação humana que tendem a ser reafirmadas na teorização curricular, em geral, subestimando o outro como presença.

A autora destaca a produtividade das contribuições de aportes pós-estruturalistas e pós-fundacionalistas para a produção de teorizações curriculares pautadas na defesa da pluralidade e da diferença como condição necessária para que o outro se torne presença. Uma aposta no processo de construção democrática entendida como devir que se opera necessariamente no vazio normativo.

A pesquisa foi dividida em três partes, sendo a primeira apresentada às apropriações oriundas de autores em uma perspectiva pós-estruturalista e pós-fundacionalista. Na segunda, a autora utiliza como pano de fundo o fetiche em torno de um currículo único como instrumento capaz de promover a plena cidadania, entendida como expressão de um ideal identitário. Conclui defendendo a importância de apostar na pluralidade e na diferença como possibilidade de construção de uma sociedade e uma educação democrática, não como porvir, mas como resultado incessante de lutas por significação.

Por fim, a autora propõe uma reflexão no sentido não de negar a importância da escola, mas de afirmar a urgência de um projeto educacional e/ou curricular que admita a diferença, a imprevisibilidade, a contingência como dimensões constituintes dos fenômenos sociais. Nenhum projeto de educação que se pretenda democrático, entendendo democracia como devir, como processo de mudança e transformação permanente, realizar-se-á como tal se for movido pelo objetivo de controlar as diferenças, se não assumir a imprevisibilidade do chão da escola, sem abrir mão, conforme Macedo (2015, p. 894), do “desejo de controle que produz a compreensão normativa de currículo”, negando ao outro o lugar da alteridade, negando ao outro a possibilidade de se tornar presença em um “mundo povoado por outros que não são como nós” (Biesta, 2013, p. 26). Adverte que esse mundo nos ameaça, mas precisamos encontrar formas de viver com aquilo que é inexorável, encontrar formas de viver em um mundo em que, a todo momento, somos interpelados por nossas certezas.

Nesse prisma, é importante destacar a necessidade de mantermos em questionamento tudo aquilo que dizemos e fazemos, colocando as nossas certezas sob rasura, pois a responsabilidade ética é um imperativo posto a todos, e por isso cabe a cada um de nós estarmos atentos aos nossos atos, reconhecendo os limites de nossas certezas.

Tendo como palavras-chave em *Números, avaliações internacionais em larga escala e comparação educacional*, os autores Lindblad, Pettersson e Popkewitz (2020), trazem importantes apontamentos sobre o papel dos números na construção de sujeitos, das escolas e das políticas educacionais, também sobre o que são e o que deveriam ser. Entendem os números enquanto construções sociais, um tipo de linguagem socialmente validada em função de critérios científicos, de modo que são levantadas reflexões sobre como os números catalisam reestruturações objetivas e subjetivas nos sistemas educacionais e em seus sujeitos, em perspectiva global, devido às avaliações internacionais em larga escala.

Segundo os autores, os números possibilitaram novos paradigmas de comparação entre os sistemas escolares nacionais, que deixaram de ser focados em aspectos compreensivos, para enfatizar aspectos competitivos e hierárquicos. As avaliações internacionais em larga escala e os números que delas provêm dão novos sentidos ao que a educação é e o que ela deveria ser, ou seja, essas categorias e a construção de equivalências por meio da aplicação de estatísticas não são sobre avaliar o que é, mas sobre o que será. Os números dizem pouco por eles mesmos, mas, como se tornaram representações poderosas do mundo moderno, por serem mostrados em tabelas, diagramas ou porcentagens — não apenas como ferramentas para análises, mas também altamente performativos — pois enquadram nossos pensamentos e concepções das coisas.

Os autores sinalizam que

Os números funcionam como tecnologias para mapear limites e as características internas dos espaços a serem gerenciados, como estratégia para fazer julgamentos fora do subjetivo. No entanto, enquanto os números “agem” como reais, eles incorporam escolhas implícitas sobre “o que medir,

como medir, com que frequência medir e como apresentar e interpretar os resultados” (Rose, 1999; p. 199 *apud* Lindblad; Pettersson; Popkewitz, 2020, p. 18, grifos do autor).

Com foco nos testes nacionais como ferramenta estratégia da ação pública, Sant’Ovaia e Costa (2020), apresentam seu estudo *Os testes nacionais como instrumento de ação pública no sistema educativo português: processos de “problematização” e de “preconização”*, no qual propõem descrever a avaliação externa estandardizada dos alunos do ensino não superior, nas últimas décadas, em Portugal. Os autores partem do pensamento de Delvaux para analisar a intervenção do Estado português, com base nos processos de “problematização” e de “preconização” que lhe estão implícitos.

Destacam o foco nos testes nacionais, mais especificamente, os exames, enquanto Instrumento de Ação Pública (IAP), fruto de problematizações e veículo de preconizações pelos sucessivos governos e suas administrações. A perspectiva adotada é diacrônica e percorre as medidas políticas que têm incidido na avaliação estandardizada dos alunos, com repercussões no trabalho docente, desde o começo do regime democrático (1974) até a atualidade. Metodologicamente, os autores recorreram à pesquisa arquivística, consultando e analisando documentos oficiais do Estado.

Além da introdução e da nota metodológica, o estudo está dividido em duas partes: na primeira parte, contextualizam os momentos mais importantes da vigência dos testes externos estandardizados no quadro do sistema educativo português; e na segunda parte, elencam as principais medidas políticas com incidência na avaliação estandardizada dos alunos, que tem como objetivo caracterizar a intervenção da autoridade pública, na esfera de ação legislativa e administrativa, designadamente por via das problematizações e preconizações subjacentes. Por fim, apresentam a conclusão com os resultados do estudo em questão.

Para fechamento de análise, os autores tomaram como ponto de partida o globalizado fenômeno de *testing*, e constataram que, independentemente da matriz ideológica dos governos, no ensino secundário, a escolha do instrumento de regulação (exame) tem sido condicionada por um mesmo imperativo: a seleção no acesso ao ensino superior. Já no ensino básico, foi possível detectar divergências no nível das problematizações e das preconizações que sustentam a escolha dos instrumentos de avaliação (provas de aferição, testes intermédios) as quais são reveladoras de duas opções regulatórias, e que é possível endossar as duas orientações ideológicas — centro-direita e centro-esquerda — que se têm sucedido na administração educativa nos últimos 45 anos em Portugal.

Segundo os autores, os resultados comprovam o processo de preconização, por via de normatização das políticas públicas, a que os sistemas mundiais de ensino estão submetidos. Tais mudanças têm consubstanciado uma forma nova de regulação da educação pelo Estado, que governa, influencia e monitora o sistema educativo na prestação de contas por meio de instrumento de *accountability* da educação, com destaque aos testes externos estandardizados que regulam a atividade docente e modela as práticas pedagógicas e de avaliação. Esses instrumentos submetem e condicionam a gestão do currículo que levam os indivíduos à redefinição dos objetivos da educação, tanto quanto da avaliação do desempenho docente, a avaliação institucional das escolas e a divulgação de *rankings* (Afonso, 2009 *apud* Sant’ovaia, 2020).

Conclusão

A partir dos estudos analisados na revista *Currículo sem Fronteiras*, consideramos que a díade avaliação-currículo é um tema bastante atual e é objeto de pesquisa importante para aprofundamentos no campo educacional. Acreditamos que o discurso das políticas públicas educacionais de avaliação em larga escala produzidas no Brasil, desde os anos 1990, com fortes imperativos de mecanismos de controle, de governo, de aferição da qualidade, de promoção de melhorias no sistema educativo, de gestão educacional, dentre outros, merecem ser problematizados e discutidos, tendo em vista que a escola é um espaço privilegiado para formação dos sujeitos, espaço onde se constrói os processos de democratização das diversas instâncias do conhecimento,

não pode se restringir a concepções limitadas de educação e de aprendizagens, de programas e de projetos implantados verticalmente com intuito de aferir competências e habilidades construídas individualmente.

Ao longo dos anos, o sistema educacional brasileiro vem sofrendo com os impactos produzidos pelas políticas de avaliação em larga escala e, sobretudo, com fortes implicações curriculares e no trabalho docente que, na prática, geram sentidos diversos na organização das redes de ensino, nas unidades escolares, na prática docente, nas políticas curriculares, na produção dos materiais didáticos, na formação continuada dos professores e, conseqüentemente, no processo de aprendizagem dos alunos.

Verificamos, com base nas análises realizadas, que o sistema educacional brasileiro na atualidade é composto e regido por um modelo gerencial de administração pública e performativa na perspectiva de produção de índices educacionais que regulam o cotidiano escolar.

A pesquisa do levantamento do estado da arte no periódico *Currículo sem Fronteiras* mostrou-se relevante por apresentar notas de pesquisas que estão articuladas com referenciais teóricos críticos e pós-críticos de investigação científica que problematizam o *modus operandi* das políticas de estado brasileira com foco no currículo e nas avaliações em larga escala, o que permite aos pesquisadores desconstruírem os regimes de verdades que circundam os processos educativos contemporâneos, especialmente em relação as avaliações em larga escala na educação básica e suas implicações curriculares.

Referências

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

FIGUEIREDO, Carla; LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa. O desenvolvimento do currículo no contexto de uma avaliação de escolas centrada nos resultados: que implicações? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 646-664, set./dez. 2016.

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 365-379, maio/ago. 2015.

LINDBLAD, Sverker; PETERSSON, Daniel; POPKEWITZ, Thomas S. Os poderes comparativos dos números e o conhecimento antecipado do número na educação. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 20, n. 1, p. 9-22, jan./abr. 2020.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, 2015.

MACIEL, Leni da Silva; DIAS, Rosanne Evangelista. Implicações produzidas pela avaliação externa no trabalho docente: uma análise em escolas do município de Duque de Caxias-RJ. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 895-914, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JORGE, Tiago Antônio da Silva. As políticas de avaliação, os docentes e a justiça escolar. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 346-364, maio/ago. 2015.

PEREIRA, Talita Vidal. A pesquisa curricular na virada cultural conservadora: os limites da normatividade curricular. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 910-922, set./dez. 2019.

RIBEIRO, William de Goes; AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. Conhecimento-investimento e currículo meritocrático: a projeção utópica liberal da “cultura de excelência” à política curricular no Brasil.

Currículo Sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 659-677, set./dez. 2017.

ROSA, Sanny S. da. Políticas regulatórias, subjetividade e os entraves à democracia na escola pública brasileira: Contribuições à pesquisa curricular. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 844-867, set./dez. 2019.

SANTOS, Geniana dos; DESTRO, Denise de Souza. Qual é o lugar da formação humana nas políticas curriculares contemporâneas? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 893-909, set./dez. 2019.

SANT’OVAIA, Carlos; COSTA, Estela. Os testes nacionais como Instrumento de Ação Pública no sistema educativo português: processos de “problematização” e de “preconização”. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 20, n. 1, p. 171-189, jan./abr. 2020.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritmização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 659-677, set./dez. 2017.

TURA, Maria de Lourdes Rangel; NOGUEIRA, Márcia de Paula Pinto. Discussões em torno da avaliação municipal do ensino fundamental de Macaé/RJ. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 915-927, set./dez. 2018.

Recebido em 16 de setembro de 2023.

Aceito em 30 de outubro de 2023.